

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2012

(aprovado no Plenário do CES de 13 de março de 2013)

ÍNDICE

1 – Introdução

- 1.1. Enquadramento
- 1.2. Missão e objetivos

2 – Atividades desenvolvidas

- 2.1. Avaliação dos objetivos do Plano de Atividades para 2012

3 – Estrutura organizacional e funcional

- 3.1. Recursos humanos
- 3.2. Recursos materiais
- 3.3. Orçamento e execução financeira



1. INTRODUÇÃO

1.1 Enquadramento

As restrições financeiras vividas durante os dois últimos anos condicionaram significativamente as iniciativas do CES em 2012 que ainda assim conseguiu acomodá-las através da continuação da renegociação de contratos de prestação de serviços – ciclo esse que foi finalizado –, do não preenchimento da totalidade dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e por uma muito limitada presença em compromissos internacionais.

Neste contexto, o presente relatório sintetiza as atividades desenvolvidas pelo organismo, quer no que respeita ao seu funcionamento interno quer no seu trabalho de maior exposição pública como a emissão de pareceres e a sua preparação ao nível das comissões especializadas, o acompanhamento das reuniões de concertação social e o apoio ao instituto da arbitragem obrigatória.

Da sua análise conclui-se que a grande maioria dos projetos e objetivos previstos no “Plano de Atividades do CES para 2012” foi alcançada e a avaliação global de desempenho da instituição é francamente positiva. Para tal muito concorreram o compromisso com o serviço e o profissionalismo dos trabalhadores do Conselho.

1.2 Missão e objetivos

O CES é um órgão constitucional de consulta e concertação social tendo por principais objetivos a promoção da participação dos agentes económicos e sociais nos processos de tomada de decisão dos órgãos de soberania, no âmbito de matérias socioeconómicas, sendo, por excelência, o espaço de diálogo entre o Governo, os Parceiros Sociais e restantes representantes da Sociedade Civil organizada.

A Constituição da República Portuguesa (artigo 92.º) confere ao CES dois tipos de competências, uma consultiva e uma de concertação social.

A competência consultiva baseia-se na participação das organizações mais representativas da sociedade e do tecido económico português e concretiza-se através da elaboração de pareceres solicitados ao CES pelo Governo, ou por outros órgãos de soberania, ou da sua própria iniciativa. No âmbito desta competência, o CES pronuncia-se acerca dos anteprojetos das grandes opções e dos planos de desenvolvimento económico e social, da política económica e social, das posições de Portugal nas instituições europeias no âmbito dessas políticas, da utilização dos fundos comunitários a nível nacional, das políticas de reestruturação e de desenvolvimento

socioeconómico, da situação económica e social do país e da política de desenvolvimento regional.

A competência de concertação social visa a promoção do diálogo social e a negociação entre o Governo e os Parceiros Sociais - confederações sindicais e confederações patronais - e é exercida com base em negociações tripartidas entre representantes daquelas entidades, durante as quais são apreciados projetos de legislação no que respeita a matérias socio laborais e ainda celebrados acordos de concertação social.

Os trabalhos do CES desenvolvem-se em torno dos seus órgãos designadamente o Presidente, o Plenário, a Comissão Especializada de Política Económica e Social, a Comissão Especializada do Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território, o Conselho Coordenador e a Comissão Permanente de Concertação Social que funciona com total autonomia relativamente ao CES, tendo este organismo a responsabilidade de lhe prestar apoio logístico e administrativo.

Desde 2003, com a publicação do Código de Trabalho, foram cometidas ao CES novas atribuições relacionadas com a implementação e funcionamento do regime da arbitragem obrigatória, no domínio das relações laborais, aplicado quer na resolução de conflitos motivados pela celebração ou revisão de convenções coletivas, quer na definição de serviços mínimos, na sequência de pré-aviso de greve.

2. Atividades desenvolvidas

2.1. Avaliação dos objetivos do Plano de Atividades para 2012

O presente relatório teve em consideração o Plano de Atividades do CES para 2012 no qual foram assumidos os cinco objetivos abaixo descritos e neste ponto analisados na perspetiva da sua concretização:

i) Produzir pareceres e estudos por solicitação de órgãos de soberania

Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2010

O Conselheiro João Vieira Lopes foi o relator deste Parecer, aprovado pelo Plenário no dia 6 de março sem votos contra e com 5 abstenções. Previamente foram realizadas duas reuniões de grupo de trabalho no âmbito da Comissão Especializada Permanente de Política Económica e Social (CEPES) para análise e discussão do Projeto de Parecer. O documento foi aprovado numa terceira reunião daquela Comissão a 24 de fevereiro sem votos contra e com duas abstenções. O Parecer incide sobretudo sobre os desvios das despesas e receitas públicas verificados face ao orçamentado, considerando a análise no contexto macroeconómico e enquadramento político-legislativo que caracterizou o ano de 2010. O Parecer destaca a prioridade assumida por Portugal no



sentido de uma rápida consolidação das contas públicas, determinante das opções políticas adotadas na maioria dos países da zona euro. Procura ainda contribuir com recomendações que promovam a maior transparência e o melhor conhecimento das contas públicas.

Parecer sobre o Documento de Estratégia Orçamental 2012-2016 (DEO)

O relator do Parecer foi o Conselheiro João Ferreira do Amaral, tendo a sua aprovação pela CEPES tido lugar a 21 de maio, depois de discutido numa reunião de grupo de trabalho. Na sessão do Plenário do CES de 23 de maio, o Parecer foi aprovado com 31 votos a favor, 18 abstenções e sem votos contra, tendo sido apresentadas duas declarações de voto. Tratou-se da primeira solicitação dirigida ao CES para que se manifestasse sobre um documento desta natureza sendo de realçar o prazo manifestamente curto para o efeito. No Parecer, o CES refere a importância do DEO ao definir as principais linhas da política orçamental até 2016, o que, no contexto de dificuldades que o País atravessa, assume acrescida importância. O CES recomenda a identificação de medidas de incentivo ao investimento e considera muito positivo o clima de confiança gerado nas instâncias internacionais decorrente da celebração do acordo de concertação social “Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego” e da avaliação externa que vem sendo feita no quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

Parecer sobre a Proposta de Grandes Opções do Plano para 2013 (GOP)

Este Parecer foi redigido pelo Conselheiro Adriano Pimpão e aprovado em Plenário a 26 de setembro sem votos contra, com 8 abstenções e uma declaração de voto. A sua aprovação na generalidade pela CEPES, sem votos contra, teve lugar a 24 de setembro, no seguimento do debate e análise levados a cabo pelo respetivo grupo de trabalho, que se reuniu duas vezes. Neste Parecer, o CES procede a uma análise crítica das GOP e faz recomendações ao nível das políticas estruturais que devem ser seguidas bem como da resposta conjuntural à crise. O CES recomenda que as políticas enunciadas no documento não tenham apenas como objetivo a credibilidade e a confiança externas em Portugal entendendo que o grande desígnio nacional é o crescimento e o desenvolvimento do País e a melhoria das condições de vida das populações.

Parecer sobre a Conta Geral do Estado 2011

O Parecer teve como relator o Conselheiro João Ferreira do Amaral e foi aprovado em Plenário do CES a 26 de setembro sem votos contra e com 9 abstenções. O documento foi previamente discutido em duas reuniões de grupo de trabalho e aprovado pela CEPES sem votos contra e com três abstenções. À semelhança dos anos anteriores, o CES reitera a relevância que atribui à solicitação por parte da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública da Assembleia da República para elaboração deste Parecer. O Parecer do CES, para além de abordar, como habitualmente, os temas relacionados com os desvios entre o orçamentado e o realizado, dá particular atenção



às questões que considera serem mais relevantes para permitir uma melhor avaliação do presente e do futuro da atual política de consolidação orçamental.

Parecer sobre a Proposta de Lei Nº 81/XII

O Parecer teve como relator o Conselheiro João Dias da Silva e foi aprovado pelo Plenário no dia 26 de setembro com 6 votos contra e 10 abstenções, depois da sua discussão em grupo de trabalho e na CEPES, dias 31 de agosto e 11 de setembro onde foi aprovado com 4 abstenções e 3 votos contra. Neste documento o CES afirma a necessidade de se operarem alterações que visem a melhoria do funcionamento da Administração Pública, no sentido de servir o bem comum e preconiza a garantia de independência da mesma. É ainda reafirmada a necessidade de que as medidas com impacto laboral sejam implementadas num contexto de diálogo social sério e responsável.

Parecer sobre o Orçamento do Estado para 2013

O Conselheiro Rui Leão Martinho foi o relator do Parecer, aprovado em Plenário do CES a 5 de novembro, com 31 votos a favor, 16 abstenções e sem votos contra. O documento preparado em duas sessões de grupo de trabalho foi discutido e aprovado na CEPES a 29 de outubro com 7 abstenções e sem votos contra. No Parecer, o CES considera o orçamento de Estado de difícil execução, dados os elevados riscos implícitos em vários dos pressupostos assumidos bem como as exigências, quer do lado da despesa quer do lado da receita.

ii) **Produzir pareceres e estudos sobre matérias relevantes de natureza económica e social que, no quadro das suas competências e por iniciativa própria, entenda concretizar**

No último trimestre de 2012 foi iniciada a discussão de dois Pareceres de iniciativa do CES sobre a “Competitividade das cidades, coesão social e ordenamento do território” na Comissão Especializada Permanente do Desenvolvimento Regional e do Ordenamento do Território (CDROT) e sobre as “Consequências económicas, sociais e organizacionais decorrentes do aumento da população idosa” na CEPES. Os relatores destes Pareceres são os conselheiros Nuno Vitorino e Manuel Lemos, respetivamente. Nas reuniões de grupo de trabalho daquelas Comissões, foram apresentados, pelas universidades responsáveis, os estudos contratualizados pelo CES, ainda em 2011 sob financiamento do POAT FSE e do POAT FEDER e que servem de fundamento técnico aos dois Pareceres:

- a. Estudos sobre “Empreendedorismo e criação de emprego em meio urbano” e “Fiscalidade urbana” desenvolvidos pelo Centro de Investigações Regionais e Urbanas (CIRIUS) do ISEG;



- b. Estudo sobre “Regiões funcionais, relações urbano-rurais e política de coesão pós 2013” elaborado pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa;
- c. Estudo sobre “Habitação, reabilitação urbana e inovação social no quadro da política de coesão pós 2013” realizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).
- d. Estudo sobre “O envelhecimento da população: dependência, ativação e qualidade de vida - desafios e oportunidades”, elaborado pelo Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa.

iii) **Implementar o regime jurídico da arbitragem obrigatória e assegurar o apoio administrativo e técnico ao seu funcionamento**

Tomada de posse dos árbitros e reflexão sobre a arbitragem

No dia 7 de novembro, realizou-se a cerimónia de tomada de posse dos novos árbitros que compõem as listas do Conselho para o triénio de 2012 a 2015. O CES promoveu ainda nesse dia uma reflexão sobre o regime legal da arbitragem, tendo como oradores Fernando Lopes¹, Júlio Gomes e António Dornelas, ambos árbitros presidentes do CES.

Definição dos Serviços mínimos

Em 2012 foi continuado o apoio ao funcionamento dos Tribunais Arbitrais tendo o CES recebido 82 pedidos de arbitragem obrigatória para determinação de serviços mínimos e notificado 67 decisões arbitrais. Destas decisões arbitrais, 6 foram objeto de recurso, 4 interpostos pela parte sindical e 2 pela parte patronal. No âmbito da greve geral do dia 22 de março foram enviados ao CES 7 processos tendo sido notificadas 6 decisões. Na segunda greve geral do ano em referência, a 14 de novembro, realizaram-se 10 processos de arbitragem para determinação de serviços mínimos tendo sido proferidas 7 decisões arbitrais.

Convenções coletivas

No ano de 2012 continuou a decorrer o processo cuja parte requerente é o Sindicato Nacional dos Maquinistas dos Caminhos de Ferro (SMAQ) e a parte requerida a Travessia do Tejo Transportes (FERTAGUS).

¹ Ex-Diretor-Geral da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT).



- iv) **Apoiar técnica e administrativamente o funcionamento dos vários órgãos - Plenário, Comissão Permanente de Concertação Social, Comissões Especializadas e Conselhos Coordenador e Administrativo – bem como das comissões e grupos de trabalho criados, designadamente nos domínios do apoio técnico-jurídico e administrativo, da produção de documentação e informação, secretariado e relações públicas**

No âmbito do Plenário

O Plenário do CES reuniu-se quatro vezes durante o ano sendo de destacar a aprovação, por parte deste órgão, dos pareceres solicitados e que se encontram detalhados no objetivo i).

Recomposição do Plenário do CES

Na sequência da tomada de posse do Presidente do CES a 8 de novembro de 2011 foi iniciada a recomposição do Plenário. Este processo culminou a 28 de fevereiro de 2012, com a tomada de posse dos novos conselheiros para o quadriénio 2011-2015.

Alteração do Regulamento de Funcionamento do CES

No plenário de 23 de maio foi discutido um projeto de alteração do Regulamento de Funcionamento do CES, no sentido da sua simplificação e adaptação ao que tem vindo a ser a prática do Conselho. A discussão final deste documento será feita depois de obtido consenso entre os conselheiros.

Encontro-debate acerca do Mercado de Trabalho

O CES promoveu a realização, no dia 18 de junho, do encontro referido onde foram apresentados o diagnóstico da evolução recente do mercado de trabalho português por Álvaro Novo² e algumas ilações sobre os problemas identificados no diagnóstico por Mário Centeno³.

Seminário sobre “Austeridade e Crescimento”

A 6 de julho, o CES realizou, nas suas instalações, um seminário subordinado ao tema da austeridade e crescimento, que contou com intervenções do Presidente do Conselho, Manuel Caldeira Cabral⁴, Miguel Frasquilho⁵, José António Cortez⁶ e Octávio Teixeira⁷. As conclusões da sessão foram apresentadas por João Ferreira do Amaral⁸.

² Banco de Portugal & UECE, Ph.D. em Economia pela University of Illinois, Urbana-Champaign (2001).

³ Banco de Portugal & ISEG/UECE, Ph.D. em Economia pela Harvard University (2000).

⁴ Professor Auxiliar da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

⁵ Economista e Deputado à Assembleia da República.

⁶ Diretor Executivo da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP).

⁷ Economista e ex-Deputado à Assembleia da República.

⁸ Professor Catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão.



Encontro debate “Desigualdades em Portugal”

Em outubro de 2012, o CES organizou, com a colaboração da Fundação Francisco Manuel dos Santos, um encontro debate destinado aos seus conselheiros, para apresentação e discussão do trabalho “As desigualdades em Portugal”, elaborado por Carlos Farinha Rodrigues⁹.

Prémio CESE “Sociedade Civil de 2012”

No dia 27 de novembro decorreu nas instalações do CES uma conferência de imprensa da Associação CAIS no âmbito da sua distinção com o segundo lugar do Prémio Sociedade Civil de 2012 atribuído pelo Comité Económico e Social Europeu (CESE).

No âmbito das Comissões Especializadas

A especificidade dos Pareceres do CES elaborados em 2012 determinou que o trabalho prévio à sua aprovação em Plenário fosse desenvolvido sobretudo no âmbito da CEPES cujo plenário e grupos de trabalho se reuniram sete vezes e cinco vezes, respetivamente no período em referência. A CDROT reuniu-se duas vezes em sede de grupo de trabalho e uma em plenário.

No âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS)

Compromisso para o crescimento, competitividade e emprego

No ano de 2012, a atividade da CPCS foi essencialmente marcada pelo “Compromisso para o crescimento, competitividade e emprego” (CCCE), celebrado entre o Governo, a UGT, a CIP, a CAP, a CCP e a CTP no dia 18 de janeiro. A assinatura formal deste acordo de concertação social decorreu nas instalações do CES e contou com a presença do Primeiro-ministro.

Reunião do Vice-Presidente da Comissão Europeia com Parceiros Sociais

No dia 14 de março teve lugar, nas instalações do CES, uma reunião entre o Vice-Presidente da Comissão Europeia e responsável pelos “Assuntos económicos, monetários e euro”, Olli Rehn, e os Parceiros Sociais para análise da situação económica e social do país no âmbito do CCCE. Participaram ainda nesta reunião o Presidente do CES e vários funcionários da Comissão Europeia, nomeadamente Juergen Kroeger¹⁰ e Luiz Sá Pessoa¹¹.

⁹ Professor Auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão.

¹⁰ Diretor da Direção-Geral ECFIN.

¹¹ Chefe da Representação interino da Comissão Europeia em Portugal.



Reunião de delegação do ISS da Turquia com os Parceiros Sociais

A 29 de março de 2012 decorreu no CES uma reunião de trabalho com delegados do Instituto da Segurança Social da Turquia e os Parceiros Sociais no âmbito do tema da promoção do emprego declarado.

Reuniões do Plenário

Durante 2012, realizaram-se 17 reuniões plenárias da CPCS nas quais participaram, de forma regular, representantes do Governo das áreas da economia e emprego, agricultura e segurança social.

Na primeira reunião do ano, realizada a 16 de janeiro, foi discutido o texto do acordo CCCE que viria a ser formalmente assinada a 18 de janeiro.

A 1 de fevereiro foram debatidas as propostas de alteração ao Código do Trabalho no âmbito do CCCE no que se refere à organização do tempo de trabalho, trabalho suplementar, feriados, férias, suspensão ou redução em crise empresarial, nível de fiscalização das condições de trabalho, regime da cessação do contrato de trabalho por extinção do posto de trabalho ou inadaptação e instrumentos de regulamentação coletiva.

Na reunião de 2 de abril foi iniciado o acompanhamento do CCCE e discutida a implementação de Medidas Ativas de Emprego (PAE) que constam do mesmo, nomeadamente a “Medida Estímulo 2012”, a acumulação do subsídio de desemprego com a prestação de trabalho, o “Programa Vida Ativa” e o “Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego”.

A 17 de abril foi discutido o tema da igualdade de género no âmbito do mercado de trabalho em Portugal, com a presença da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, sendo chamada a atenção para as diferenças entre o quadro legal e a prática vivida.

A 2 de maio decorreu a discussão do combate à fraude e evasão fiscais e aduaneiras no âmbito do CCCE, nomeadamente do Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras 2012-2014, com a presença do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

A 16 de maio foi feito o ponto da situação da implementação das medidas do CCCE da competência do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, designadamente da reprogramação do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e do Programa da Rede Rural Nacional (PRRN), do Programa Operacional Pesca (PROMAR), dos Fundos relativos ao ambiente e ordenamento do território e dos Fundos relativos à reabilitação urbana.



Na sessão de 18 de maio no âmbito do acompanhamento do CCCE foram discutidas as medidas na área da Segurança Social. Fez-se também a análise da evolução da execução do orçamento da Segurança Social (de 2007 a 2011) e foi abordado o tema da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) com base num estudo do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social relativo ao enquadramento legal e evolução da mesma.

Na reunião de 1 de junho, que contou com a presença do Ministro de Estado e das Finanças, foram apresentados os principais resultados do estudo sobre o desemprego no âmbito da quarta revisão do Memorando de Entendimento e destacadas algumas das medidas já tomadas pelo Governo nas áreas do emprego e da formação profissional.

Na reunião de 27 de junho, o Primeiro-Ministro deu informação prévia sobre o Conselho Europeu de 28 e 29 de junho. Para além do regular acompanhamento da execução do CCCE foi apresentado o programa de reformas da Administração Pública salientando-se o objetivo de consolidação orçamental de onde se salienta a racionalização da Administração Central e reforma da Administração do Território, a reforma dos modelos de governação dos serviços, a flexibilização e otimização dos recursos humanos e a modernização administrativa.

Na sessão de 21 de agosto foi apresentada a proposta do Governo para as linhas mestras de reprogramação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), submetidas à Comissão Europeia. Esta sessão contou com a presença do Ministro da Educação e da Ciência para dar conta das preocupações do Governo em matéria de educação, especialmente no que se refere ao ensino básico e secundário. Foi também discutida a aposta do Governo no ensino técnico profissional, nomeadamente na modalidade dual, como instrumento de reforço da competitividade e da produtividade e, ainda, de combate ao abandono escolar.

A reunião de 24 de setembro foi focada na quinta avaliação da *troika* sobre a execução do PAEF, tendo sido referida pelo Primeiro-Ministro a disponibilidade do Governo para encontrar uma alternativa, a propósito da medida de desvalorização fiscal ou abaixamento da TSU.

A 12 de outubro foi dada, pelo Primeiro-Ministro, informação prévia acerca do Conselho Europeu de 18 e 19 de outubro e o estado das negociações. Foi referida a importância da agenda do Conselho, na sequência das decisões tomadas em junho e da perspetiva do Conselho extraordinário de novembro, que tinha por objetivo a definição do Quadro Plurianual de Perspetivas Financeiras 2014-2020.

A reunião seguinte, de 16 de outubro, foi essencialmente dedicada à discussão do Orçamento de Estado para 2013 tendo no final sido feita a apresentação das linhas



gerais da Lei de Bases do Ordenamento do Território, da Lei de Bases do Ambiente e do regime de revisão da REN. O Governo referiu que apesar do contexto difícil foi possível apresentar um conjunto de medidas para reforçar a competitividade da economia portuguesa e combater o desemprego.

A 20 de novembro foi retomado o tema Ensino e Formação Profissional, tendo sido discutido o Projeto de Portaria que altera a Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, que regula o sistema de certificação de entidades formadoras. Foi também abordada a redução temporária de período normal de trabalho e suspensão de contrato de trabalho (*lay off*) e as retribuições em atraso.

Na reunião de 21 de novembro foi apresentada pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros a proposta relativa ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP), objeto do Conselho Europeu de 22 e 23 de novembro, sendo salientado que o QFP concretiza a política comum da U.E. e visa, essencialmente, contribuir para o crescimento, competitividade e criação de emprego.

A 12 de dezembro, o Primeiro-Ministro presidiu à sessão da CPCS para dar informações no âmbito do Conselho Europeu de 13 e 14 de dezembro. O objetivo primordial deste Conselho era o aprofundamento da União Económica e Monetária, que pode ser analisado nas vertentes união política, união financeira ou bancária, união económica, união monetária e democraticidade interna.

Na última reunião do ano, realizada a 14 de dezembro, foi levada a cabo a discussão da Proposta de Lei n.º 110/XII/2.ª, que estabelece um regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias para vigorar durante o ano de 2013, do processo de ratificação das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da proposta de Estratégia de fomento industrial e o do Novo quadro de apoio comunitário. O Governo procedeu, ainda, à audição da CPCS relativamente à Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) para 2013.

v) Cooperar com instituições congéneres a nível internacional

Investimentos sociais como resposta à crise

A 8 de março, o Presidente do CES deslocou-se a em Bruxelas, a convite do Parlamento Europeu, para ser orador numa conferência acerca dos “Investimentos sociais como resposta à crise” .

Estratégia Europa 2020

Durante o ano em referência, o CES promoveu uma consulta junto dos seus conselheiros no contexto da Estratégia Europa 2020 e da formulação e implementação dos Programas Nacionais de Reforma. A 23 de março, o Presidente do CES participou



numa reunião do Comité Diretor da Estratégia Europa 2020, a convite do CESE, para apresentação do acordo tripartido "Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego".

Seminário “Crise da representatividade e desafios da democracia no século XXI”

O presidente do CES participou neste seminário internacional, a convite do governador do Estado do Rio Grande do Sul do Brasil. Este evento teve lugar em Madrid, a 4 e 5 de maio, na Representação da Comissão Europeia e na Universidade de Alcalá de Henares. O debate, que teve como foco principal a troca de experiências e a emulação de boas práticas, terminou com o delinear de estratégias visando a reinvenção da agenda democrática para o novo século.

Visita de delegação do Parlamento Federal alemão

A 18 de setembro, o Presidente do CES recebeu uma delegação alemã composta por relatores do Orçamento Social e membros da Comissão Orçamental do Parlamento Federal alemão (Bundestag), chefiada pela Deputada Bettina Hagedorn. Esta visita teve como objetivo levar a cabo conversações políticas sobre as consequências da crise financeira em Portugal, especificamente nas áreas de emprego e socio laborais.

Seminário acerca da “Liberdade dos média na região euro-mediterrânica”

O CES participou, a convite do CESE, neste seminário realizado em Nicósia, no Chipre, entre 11 e 12 de outubro. O encontro visava a promoção de uma plataforma na área da comunicação com os *média* entre os CESs e outras organizações participantes bem como a análise do papel da U.E. neste âmbito em face das mudanças políticas recentes na região euro-mediterrânica.

Seminário acerca da “Segurança alimentar e solidariedade na zona euro-mediterrânica”

O CES participou, a convite do Conselho Económico e Social do Reino de Marrocos, neste seminário que teve lugar a 27 de novembro em Rabat. O encontro foi organizado em cooperação com o CESE.

Visita de delegação de universitários chineses

A 5 de dezembro o Presidente do CES recebeu um grupo de estudantes da Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian (China). Esta visita teve como objetivo dar a conhecer o Conselho bem como o papel da concertação social em Portugal.



3. Estrutura organizacional e funcional

3.1. Recursos humanos

Para a prossecução dos projetos e atividades constantes no Plano de Atividades para 2012 o CES dispôs do mapa de pessoal seguinte, de acordo com o estipulado nos artigos 5º e 116º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, em conjugação com as orientações e modelos disponibilizados pela Direção Geral do Orçamento e Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.

Recursos humanos - mapa síntese

Atribuições	Cargo/carreira/categoria	Nº postos de trabalho
Apoio ao Presidente	Presidente	1
	Secretário-Geral	1
	Coordenador	1
	Consultor	2
	Secretária	3
Serviços de apoio técnico e administrativo	Técnico superior	1
	Coordenador técnico	1
	Assistente técnico	3
	Assistente operacional	3
Total		16

Em outubro foi consolidada definitivamente a mobilidade de uma assistente técnica, que pertencia ao quadro do CES, noutro organismo da administração pública. Em dezembro, foi ainda autorizada, em regime de mobilidade interna para outro organismo, a saída de uma técnica superior do CES. Por decisão do Presidente do CES, não foi desencadeada a substituição destas duas trabalhadoras atendendo às restrições orçamentais enfrentadas pelo Conselho. Desta forma, com vista à acomodação das restrições orçamentais enfrentadas pelo organismo, no final de 2012 encontravam-se por preencher 5 postos de trabalho previstos no mapa de pessoal – equivalente a 25% do mesmo - designadamente um consultor do gabinete do Presidente, dois técnicos superiores, um assistente técnico e um assistente operacional.

Formação profissional

Tendo presente a disponibilidade orçamental e a adequação dos conteúdos programáticos às atribuições do Conselho, a formação profissional dos seus colaboradores em 2012 foi centrada no âmbito da aplicação GERFIP, visando a consolidação dos processos de apoio à atividade do CES. Ao longo do ano foram envolvidas sete trabalhadoras em ações de formação presencial no CES e na ESPAP, num total de cerca de 100 horas, com especial incidência nos módulos, “Inventário” e “Vendas/Faturação” e de apoio geral à operacionalização do sistema.



3.2. Recursos materiais

Em 2012 foi continuado o esforço de manutenção do edifício onde decorrem as atividades do CES, tendo sido realizadas pequenas intervenções de conservação. Foram ainda adquiridos alguns equipamentos indispensáveis ao funcionamento da rede informática e de comunicações.

3.3. Orçamento e execução financeira

A análise do orçamento disponível do CES revela que, em 2012, à semelhança dos anos anteriores, se verificou um grau de execução orçamental muito elevado. Esta execução atingiu 97% em termos totais e 98% se for excluída a despesa relativa aos dois projetos cofinanciados pelo POAT FEDER e POAT FSE mencionados no objetivo ii) da secção 2.1.

Informação Financeira do CES (exclui a Arbitragem Obrigatória)

		2012			
		2010	2011	Exclui projetos cofinanciados	Inclui projetos cofinanciados ¹²
(a)	Orçamento retificado	1.486.000	1.335.791	1.152.984	1.462.104
(b)	Orçamento executado	1.480.789	1.277.111	1.131.001	1.419.130
(c)	Taxa de execução	100%	96%	98%	97%
(d)	Transferência para Parceiros Sociais	525.936	525.936	525.936	525.936
(e)	Despesa direta do CES (b)-(d)	954.853	751.175	605.065	893.194

A despesa executada pelo CES em 2012, excluindo os projetos cofinanciados, registou uma redução de 11% e de 24%, comparativamente aos anos de 2011 e 2010, respetivamente. A redução da despesa foi acomodada exclusivamente na despesa direta com o funcionamento do CES, uma vez que, nos três anos em análise se manteve a verba transferida para os Parceiros Sociais.

A despesa direta registou uma redução de 19%, relativamente a 2011 e de 37%, comparativamente à registada em 2010. Este decréscimo só foi possível através de uma gestão criteriosa e prudente, concretizada na decisão do não preenchimento da totalidade dos postos de trabalho, na continuação da renegociação dos contratos de prestação de serviços e no controlo exaustivo de despesas associadas a trabalho extraordinário, ajudas de custo e comunicações.

¹² Inclui as fontes de financiamento relativas ao cofinanciamento dos projetos apoiados pelo POAT FSE e POAT FEDER no valor de EUR 309.120 (Orçamento retificado) e EUR 288.129 (Orçamento executado).



Deve referir-se que o CES entende que o ciclo de renegociações e/ou denúncia de contratos de aquisição de serviços, iniciado em finais de 2010, está terminado sendo que este esforço se saldou num total de poupanças de cerca de EUR 25 mil até final de 2012, valor esse que representa cerca de 25% do valor despendido em “Bens e Serviços” nesse ano.

A análise da estrutura da despesa, que se segue demonstra que as rubricas “Despesas com pessoal” e “Transferências para Parceiros Sociais”, representam 90% do orçamento do CES, excluindo projetos cofinanciados, percentagem superior à registada nos últimos anos, o que traduz uma elevadíssima rigidez orçamental. Note-se que o valor da rubrica de “Aquisição de bens e serviços”, imprescindíveis ao funcionamento do Conselho, encontra-se num limite mínimo abaixo do qual ficará comprometida a missão do organismo.

Principais rubricas orçamentais do CES (exclui a Arbitragem Obrigatória)

		2012			
		2010	2011	Exclui projetos cofinanciados	Inclui projetos cofinanciados ¹³
(a)	Despesas com pessoal	694.737	585.080	488.819	488.819
(b)	Transferência para Parceiros Sociais	525.936	525.936	525.936	525.936
(c)	(a)+(b)	1.220.673	1.111.016	1.014.755	1.014.755
	Peso de c) no Orçamento executado	82%	87%	90%	72%
(d)	Aquisição de bens e serviços	216.115	117.406 ¹⁴	100.484	388.613
(e)	(c)+(d)	1.436.788	1.228.422	1.115.239	1.403.368
	Peso de (e) no Orçamento executado	97%	96%	99%	99%
	Orçamento executado	1.480.789	1.277.111	1.131.001	1.419.130
	Orçamento retificado	1.486.000	1.335.791	1.152.984	1.462.104

A informação constante do resumo seguinte mostra que a despesa associada à atividade da arbitragem obrigatória no ano de 2012 totalizou EUR 121.092, o que representou um acréscimo de 51%, face a 2011 mas uma redução de 22%, comparativamente ao ano de 2010. Com vista à cobertura das despesas inerentes à prossecução desta atividade foi solicitada e autorizada a integração do saldo da gerência de 2011, num total de EUR 44.751.

¹³ Inclui as fontes de financiamento relativas ao cofinanciamento dos projetos apoiados pelo POAT FSE e POAT FEDER no valor de EUR 309.120 (Orçamento retificado) e EUR 288.129 (Orçamento executado).

¹⁴ Inclui EUR 1.386 de Receitas Próprias.



Informação Financeira da Arbitragem Obrigatória

	2010	2011	2012 ¹⁵
(a) Orçamento retificado	216.872	108.995	144.275
(b) Orçamento executado	155.251	80.249	121.092
(c) Taxa de execução	72%	74%	84%

A Secretária-Geral



Catarina Braga

Lisboa, 15 de fevereiro de 2013

¹⁵ Inclui integração do saldo de gerência de 2011 no valor de EUR 44.751.

